

SET 1987

GAZETA MERCANTIL

Batalha na Comissão de Sistematização

21 SET 1987

por Cecília Pires
de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte enfrentará nesta semana um de seus períodos mais tensos, com o início, na quinta-feira, das votações na Comissão de Sistematização, tendo como pano de fundo o impasse gerado em torno do sistema de governo.

De um lado, o grupo parlamentarista espera que a proposta de implantação do novo sistema, a partir de 1989, incluída no substitutivo do relator Bernardo Cabral, obtenha os 47 votos necessários para sua aprovação. De outro, o Palácio do Planalto e o próprio presidente Sarney jogam duro pela aprovação do presidencialismo, empenhando seus ministros na tarefa de reverter votos indecisos.

São 93 votos na Comissão de Sistematização. O governo perdeu alguns pontos na última sexta-feira, quando os onze parlamentaristas do PFL manifestaram publicamente intenção de manter o voto na Comissão. Sarney poderá, no entanto, contar com seu poder de convencimento sobre os votos de oito a dez membros da Comissão, ainda indecisos. Eles preferem a forma clássica de parlamentarismo e poderiam reverter o voto por não estarem de acordo com a forma proposta.

Um exemplo das chances dessa estratégia foi verificado no café da manhã realizado na última sexta-feira pelo presidente Sarney com sete ministros. Um deles, da Educação, Jorge Bornhausen, único parlamentarista confesso presente ao encontro, demonstrou vontade de auxiliar o presidente, por não concordar com a fórmula proposta, segundo apurou a edito-

ra Mariângela Hamu. Sarney ainda alegou que os interesses do País estavam sendo afetados pelo impasse político-institucional, com reflexos na economia.

A fórmula de consenso dos parlamentaristas, inserida no substitutivo do relator como proposta ao corpo permanente da Constituição, prevê eleição direta do presidente da República, a quem compete nomear e exonerar o primeiro-ministro (ouvida a maioria da Câmara) e por proposta deste, os ministros de Estado. Cabe-lhe também dissolver o Conselho da República, a Câmara e convocar eleições extraordinárias; ao presidente cabe a chefia do Estado e ao primeiro-ministro, a chefia do governo.

O Executivo apostava ainda na divisão dos parlamentaristas quanto ao mandato presidencial, que não alcançou o consenso do grupo. Aguardava-se que o relator Bernardo Cabral optasse em incluir no substitutivo o prazo de seis anos. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, porém, apostava num acordo até o dia 8 de outubro, quando se encerram as votações na Comissão de Sistematização.